



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA

# RELATÓRIO **ANUAL** DE GESTÃO — 2024 —

1ª VICE-PRESIDÊNCIA  
Biênio 2024/2026





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA

# RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO — 2024 —

1ª VICE-PRESIDÊNCIA  
Biênio 2024/2026

Salvador-BA  
2025

# TRIBUNAL PLENO

Desa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE  
*Presidente*

Des. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS  
*1º Vice-Presidente*

Des. JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA  
*2º Vice-Presidente*

Des. ROBERTO MAYNARD FRANK  
*Corregedor-Geral*

Desa. PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO  
*Corregedora das Comarcas do Interior*

Desa. SÍLVIA Carneiro Santos ZARIF

Des. MARIO ALBERTO HIRS

Des. ESERVAL ROCHA

Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz

Desa. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

Desa. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA

Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO

Desa. HELOISA Pinto de Freitas Vieira GRADDI

Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

Desa. NÁGILA MARIA SALES BRITO

Desa. INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA

Desa. GARDÊNIA PEREIRA DUARTE

Des. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO

Des. PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA

Des. ALIOMAR SILVA BRITTO

Des. JOÃO AUGUSTO Alves de Oliveira PINTO

Desa. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL

Desa. LISBETE MARIA TEIXEIRA ALMEIDA CÉZAR SANTOS

Des. Edmilson JATAHY Fonseca JÚNIOR

Desa. IVONE BESSA RAMOS

Desa. RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES

Des. MAURÍCIO KERTZMAN SZPORER

Des. LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO

Desa. JOANICE MARIA GUIMARÃES DE JESUS

Desa. MARIA DE LOURDES PINHO MEDAUAR

Desa. CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO

Des. BALTAZAR MIRANDA SARAIVA

Des. MÁRIO Augusto ALBIANI Alves JÚNIOR

Des. RAIMUNDO SÉRGIO SALES CAFEZEIRO

Des. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA

Desa. MARIA DE FÁTIMA SILVA CARVALHO

Des. ABELARDO PAULO DA MATTA NETO

Desa. SORAYA MORADILLO PINTO

Desa. ARACY LIMA BORGES

Des. ANTONIO CUNHA CAVALCANTI

Des. JOSÉ SOARES FERREIRA ARAS NETO

Des. MANUEL CARNEIRO BAHIA DE ARAÚJO

Desa. REGINA HELENA SANTOS E SILVA

Des. PAULO ALBERTO NUNES CHENAUD

Des. GEDER LUIZ ROCHA GOMES

Des. EDSON RUY BAHIENSE GUIMARÃES

Des. José JORGE Lopes BARRETTO da Silva

Desa. CASSINELZA DA COSTA SANTOS LOPES

Des. MARCELO SILVA BRITTO

Desa. MARIA DO SOCORRO SANTA ROSA DE CARVALHO HABIB

Des. PAULO César Bandeira de Melo JORGE

Des. ANGELO Jeronimo e Silva VITA

Des. CÁSSIO José Barbosa MIRANDA

Des. ROLEMBERG José Araújo COSTA

Des. JOSEVANDO SOUZA ANDRADE

Des. ANTONIO ADONIAS AGUIAR BASTOS

Desa. LÍCIA PINTO FRAGOSO MODESTO

Des. CLAUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA

Des. ANTÔNIO MARON AGLÉ FILHO

Desa. MARIELZA BRANDÃO FRANCO

Des. RENATO RIBEIRO MARQUES DA COSTA

Des. RICARDO REGIS DOURADO

Des. NIVALDO DOS SANTOS AQUINO

# SUMÁRIO

1 - Apresentação .....	<b>06</b>
2 - Atividades da 1ª Vice-Presidência .....	<b>07</b>
3 - Substituição à Presidente do Tribunal de Justiça .....	<b>09</b>
4 - Atividades da DD2G .....	<b>11</b>
5 - Atividades do PJ2Grau .....	<b>12</b>
6 - Planejamentos para o ano de 2025 .....	<b>13</b>

## COMPOSIÇÃO DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Desembargador João Bôsko de Oliveira Seixas  
1º Vice-Presidente

### Equipe Administrativa

Juiz Assessor Especial  
**Humberto Nogueira**

Chefe de Gabinete  
**Paula Barreto Rios**

Assessora Administrativa  
**Luciana Gondim Ávila Santos**

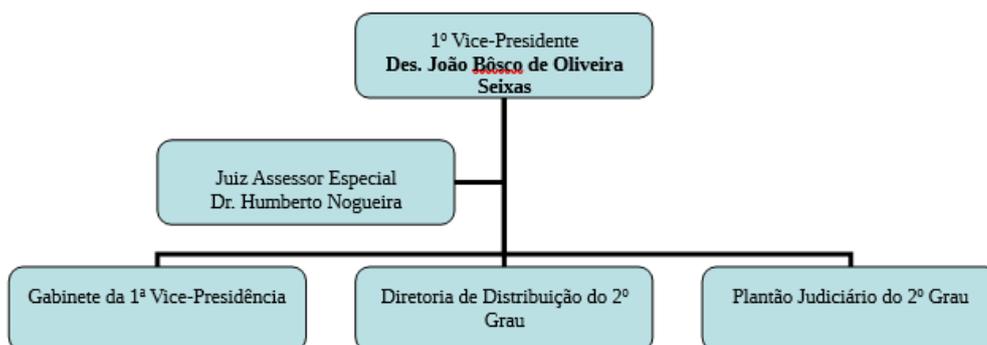
Diretor de Distribuição do 2º Grau  
**Antônio Lenine dos Santos**

Chefe do Plantão Judiciário do 2º Grau  
**Dorivaldo Santana Sodré dos Santos**

Assessora do Magistrado  
**Anna Carolina Giffoni de Souza**

## 1. Apresentação

As competências da 1ª Vice-Presidência estão descritas no art. 85 do RITJ e suas principais atribuições dizem respeito à substituição da Presidente nas suas ausências, impedimentos e suspeições e à coordenação da Diretoria de Distribuição do 2º Grau (DD2G) e do Plantão Judiciário de 2º Grau (PJ2G). Além disso, o 1º Vice-Presidente atua como relator nas dúvidas regimentais e nos conflitos de competência entre Órgãos do Tribunal, Desembargadores e Juízes Substitutos de Segundo Grau convocados, além de relatar processos administrativos no Conselho da Magistratura.



A estrutura organizacional básica da unidade pode ser apresentada da seguinte maneira:

Em síntese, sob à gestão do Des. João Bôsko de Oliveira Seixas estão sendo priorizadas iniciativas que contribuam, aprimorem e facilitem a prestação jurisdicional, no âmbito das atribuições desta unidade, mormente a Distribuição de 2º Grau, o Plantão Judiciário de 2º grau e os julgamentos dos conflitos de competência e dúvidas regimentais.

Este relatório apresenta as atividades e ações tomadas por esta 1ª Vice-Presidência, a partir do início do mandato do Desembargador João Bôsko, ao tempo em que direciona o rumo dos passos e objetivos futuros.

## **2. Atividades da 1ª Vice-Presidência**

Ao longo do ano, a 1ª Vice-Presidência se reuniu com diversos setores do Tribunal de Justiça e com outros órgãos e entes, sempre em busca de aprimoramentos na prestação jurisdicional e de melhores resultados nas competências administrativas deste setor.

Nesse contexto, o Desembargador 1º Vice-Presidente, no dia 02/02/2024, se reuniu com os servidores representantes da DD2G, PJ2G e com a Chefe de Gabinete e a Assessora Administrativa da 1ª Vice-Presidência, além do Juiz Assessor Especial, Dr. Humberto Nogueira. Na oportunidade, o 1º Vice-Presidente ouviu os servidores, atento às suas colocações sobre a condução das atividades, buscando atualizar o plano de gestão de forma condizente com as necessidades de cada setor.

Ainda em fevereiro, o 1º Vice-Presidente participou de uma reunião convocada pela Presidente do Tribunal, que contou com a participação da Mesa Diretora, com a Coordenação dos Juizados Especiais e com a Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição. Naquela oportunidade, o 1º Vice-Presidente ressaltou a importância do desenvolvimento de um projeto de integridade pelo Tribunal de Justiça e do uso de inteligência artificial, sobretudo no âmbito da distribuição de processos pela Distribuição de 2º Grau.

Ainda no mês de fevereiro, o 1º Vice-Presidente, na tentativa de solucionar caso concreto trazido ao seu conhecimento, se reuniu com representantes da Secretaria de Tecnologia de Informação e Modernização (SETIM), para discutir pautas atinentes sobretudo à distribuição de processos e às regras internas de compensação, bem como inconsistências no PJE, no EXAUDI. Na oportunidade, foi também ventilada a obtenção e/ou desenvolvimento de inteligência artificial para auxiliar nos trabalhos da DD2G, demanda que já havia sido solicitada desde a gestão anterior.

Sobre esse último tema, a 1ª Vice-Presidência encaminhou à SETIM nova solicitação de colaboração na execução de projeto para o desenvolvimento de um módulo eletrônico, com auxílio de inteligência artificial, objetivando automatizar a rotina das atividades de prevenção e triagem da DD2G. Para dar encaminhamento ao projeto, o Diretor da DD2G vem se reunindo periodicamente com representantes dos setores de tecnologia deste Tribunal, a fim de desenvolver ferramenta específica que auxilie, em um primeiro momento, na triagem de processos recepcionados no 2º Grau de jurisdição.

O 1º Vice-Presidente também recebeu em seu gabinete representantes da OAB, para tratar de interesses da advocacia alinhados às competências da 1ª Vice-Presidência, sobretudo à regular distribuição de processos no 2º Grau.

Em abril de 2024, a 1ª Vice-Presidência, através do Juiz Assessor, Dr. Humberto Nogueira, participou de reunião com representantes da Corregedoria Geral de Justiça e outros setores do Tribunal, a fim de definir procedimentos de distribuição de processos no PJECor, sistema gerenciado pelo CNJ.

A fim de discutir melhorias sobre o sistema de acumuladores e a distribuição de processos, a 1ª Vice-Presidência esteve presente em reunião com representantes da SETIM e do CNJ, visando garantir a equitatividade na distribuição de processos e melhorar a operacionalização do sistema.

A 1ª Vice-Presidência também esteve presente nas Reuniões de Análises Estratégicas realizadas ao longo do ano de 2024, para colaborar com o acompanhamento e a criação, por diversos setores do Tribunal, de projetos que buscam otimizar os trabalhos da Corte de Justiça.

A 1ª Vice-Presidência participou de reuniões, representada pelo Juiz Assessor e pelo Diretor da DD2G, para definir e buscar melhorias no uso das Tabelas Processuais Unificadas (TPU). O Juiz Assessor, integrando o Grupo Gestor Local das TPU, participou de cinco reuniões ao longo do 2024. Já o Diretor da DD2G, integrando o denominado Grupo Operacional, vinculado ao Grupo Gestor Local das TPU, participou também de reuniões visando o aprimoramento das referidas tabelas.

Por outro lado, a 1ª Vice-Presidência, colaborando com o sistema de integridade da Corte de Justiça baiana, que vem sendo colocado em ação pela Presidência do Tribunal, participou de entrevista com a empresa de consultoria contratada para implementar o referido programa. Durante a entrevista, buscou-se elaborar uma matriz de riscos envolvendo as atividades desenvolvidas no setor, a fim de que, identificados eventuais riscos, sejam implementados controle internos e se efetive ações mitigadoras.

Deve ser destacado, ainda, que, por ser a 1ª Vice-Presidência a responsável pela manutenção do Sistema de Linha Sucessória (SLS), foi elaborada uma cartilha virtual de consulta ao sistema, direcionada aos Gabinetes dos Desembargadores, por meio do Ofício Circular nº VP1-02/2024-CG. O intuito da cartilha foi de possibilitar o conhecimento aos usuários das funcionalidades do SLS, a fim de facilitar a compreensão sobre prevenção em processos e troca de vagas/acervos de processos.

Tendo sido observadas dificuldades em colocar em ação o quanto disposto no art. 17 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que trata da permuta/transferência de Desembargadores, pois a previsão então contida no dispositivo demandava distribuição exaustiva para o Desembargador transferido de vaga, o 1º Vice-Presidente propôs alteração regimental, que foi apreciada e totalmente aprovada pelo Tribunal Pleno em sessão realizada no dia 11/12/2024. A emenda regimental entrou em vigor na data da sua publicação, que ocorreu no DJe do dia 19/12/2024.

A 1ª Vice-Presidência, dentro de sua competência de julgar conflitos de competência e dirimir dúvidas regimentais, apresenta os seguintes dados de produtividade extraídos do EXAUDI:

- **166** processos recebidos, sendo **130** distribuídos e **36** redistribuídos;
- **95** processos julgados, sendo **81** julgamentos colegiados e **14** monocráticos.



## PODER JUDICIÁRIO

### Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



---

**CERTIDÃO DE DISTRIBUÍDOS DO GABINETE - 1ª VICE PRESIDÊNCIA**

CERTIDÃO Nº: 0000007615

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://exaudi.tjba.jus.br/#/>).

No período de 01/02/2024 até 31/12/2024 ingressaram 166 processos, sendo 130 distribuídos e 36 redistribuídos.



## PODER JUDICIÁRIO

### Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



---

**CERTIDÃO DE JULGADOS DO GABINETE - 1ª VICE PRESIDÊNCIA**

CERTIDÃO Nº: 0000007616

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://exaudi.tjba.jus.br/#/>).

No período de 01/02/2024 até 31/12/2024 foram julgados 95 processos, sendo 81 julgamento(s) colegiado(s) e 14 julgamento(s) monocrático(s).

### 3. Substituição à Presidente do Tribunal de Justiça



O 1º Vice-Presidente, em duas ocasiões, substituiu a Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, assumindo interinamente a Presidência da Corte de Justiça.

O 1º Vice-Presidente também representou o Tribunal de Justiça em solenidades, como, por exemplo, na cerimônia de posse da Juíza Patrícia Didier de Moraes Pereira como Desembargadora Eleitoral Substituta do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; solenidade de posse de promotores de justiça no Ministério Público Estadual; entrega de Medalha Irmã Dulce ao Desembargador Baltazar Miranda Saraiva, na Câmara de Vereadores do Município de Salvador; Conferência Estadual da Jovem Advocacia Baiana, realizada no Centro de Convenções Salvador; Encontro de Juízes Eleitorais; Abertura do Projeto Prosseguir do TJBA; XVIII Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário; XVI Encontro de Revendedores de Combustíveis do Nordeste; seminário “Perspectivas Atuais da Jurisdição”, que homenageou o

processualista José Joaquim Calmon de Passos; Evento Solo Seguro – Integrando ações para uma REURB Segura; Evento de Comemoração aos 16 anos da Unicorp; entrega da Comenda 2 de Julho ao Procurador Geral de Justiça Pedro Maia, dentre outros eventos que ocorreram ao longo do ano.

Em outras ocasiões, presidiu sessões do Órgão Especial e sessão do Tribunal Pleno, nas quais foram julgados diversos processos judiciais pautados e expedientes administrativos diversos.



#### 4. Atividades da DD2G:

A DD2G, em linhas gerais, realiza a distribuição de processos judiciais no âmbito do 2º Grau, sejam de competência originária ou recursal; é o setor competente para o arquivamento dos feitos julgados originariamente pelo Tribunal de Justiça, além de ser responsável pela emissão de certidão de distribuição para fins cíveis, criminais e eleitorais de processos no âmbito do 2º Grau, quando inviável a sua emissão eletrônica.

A unidade foi recentemente inspecionada pela 1ª Vice-Presidência, no período de 21/05 a 07/06/2024 e nada de atípico ou irregular foi encontrado, tendo sido realizados apenas alguns ajustes para melhorar o desempenho, a exemplo de normatizar as informações a terceiros sobre processos em segredo de justiça. Sobre o tema, foi expedida a Ordem de Serviço 01/2024-DD2G, padronizando a forma como os servidores da DD2G devem agir quando instados a dar informações sobre processos que tramitam em segredo de justiça e foi comunicada a todos os gabinetes dos Desembargadores através do Ofício Circular n. 04/2024.

Ainda sobre a temática dos processos em segredo de justiça e as atribuições da DD2G, a 1ª Vice-Presidência expediu o Ofício Circular nº VP1-03/2024-CG. O documento foi necessário para reforçar, com os Magistrados de 1º Grau, a necessidade de comunicação à DD2G sempre que houver a remessa de processos classificados com sigilo de níveis 2 a 5. A ação foi pensada para evitar que processos sigilosos remetidos ao 2º Grau fiquem “perdidos” no sistema, pois a sua visualização depende de trâmites específicos, justamente a fim de salvaguardar as informações sigilosas contidas em tais processos, tendo sido feito um detalhamento dos procedimentos a serem adotados na tramitação de tais processos através da Portaria VP1 n. 24/2024, de 29/5/2024.

A 1ª Vice-Presidência também tem se empenhado em resolver o problema concernente a processos remetidos ao 2º Grau, mas que ficam em uma espécie de “limbo”, não sendo direcionados efetivamente à DD2G. Além de monitorar a situação, há demandas da 1ª Vice-Presidência junto à SETIM para a resolução da falha sistêmica.

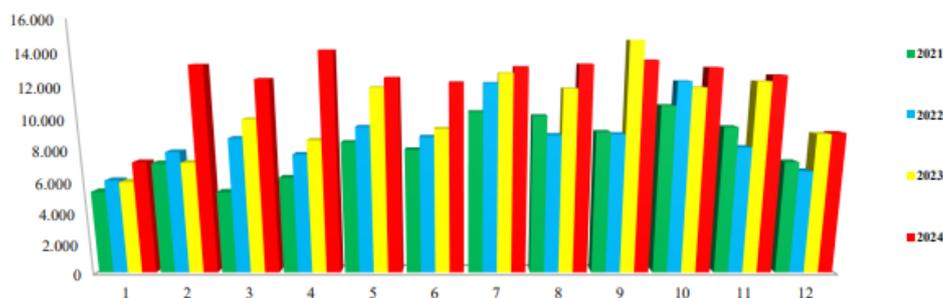
Ademais, como a DD2G monitora o quantitativo de processos distribuídos por meio de sistema próprio, esses números são recorrentemente comparados com os números fornecidos pelo EXAUDI, a fim de que se busque dados mais efetivos sobre a distribuição de processos no Tribunal de Justiça no 2º Grau de Jurisdição.

A 1ª Vice-Presidência e a DD2G também enfrentaram desafios com a implantação do Órgão Especial e colaborou com as ações para o correto encaminhamento dos processos ao novo Órgão Julgador. Ademais, as regras de compensação na distribuição de processos previstas regimentalmente vem sendo sempre monitoradas, implicando reuniões frequentes com a SETIM e também com representantes do CNJ, para que os resultados almejados com a criação do Órgão sejam alcançados.

Por guardar relação com as atribuições da DD2G, houve a edição do Ato Conjunto n. 15/2024, com participação da 1ª Vice-Presidência, que estabeleceu a obrigatoriedade da remessa de Agravos em Execução ao 2º Grau pelo SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), que passou a ser integrado ao PJE2Grau. A edição do ato conjunto demandou reuniões para que a nova modalidade de remessa transcorresse sem causar problemas aos usuários dos sistemas. Ressalta-se que, em que pese o número de processos distribuídos no Tribunal vir crescendo nos últimos anos, a DD2G vem cumprindo todos os prazos e, via de regra, todos os processos distribuídos até as 18h são encaminhados aos gabinetes no mesmo dia. Abaixo, seguem os dados da distribuição de processos no 2º Grau:

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	CONSOLIDADO DO ANO
<b>2021 - ED</b>	5.339	7.168	5.304	6.230	8.489	8.023	10.397	10.151	9.139	10.783	9.451	7.241	97.715
<b>2022 - ED</b>	6.068	7.888	8.750	7.725	9.459	8.827	12.169	8.942	8.998	12.274	8.170	6.653	105.923
<b>2023 - ED</b>	5.965	7.198	9.942	8.621	11.901	9.334	12.775	11.832	14.768	11.895	12.269	9.016	125.516
<b>2024 - ED</b>	7.236	13.295	12.420	14.174	12.493	12.207	13.159	13.314	13.565	13.109	12.648	9.075	146.695
<b>SOMA</b>	<b>24.608</b>	<b>35.549</b>	<b>36.416</b>	<b>36.750</b>	<b>42.342</b>	<b>38.391</b>	<b>48.500</b>	<b>44.239</b>	<b>46.470</b>	<b>48.061</b>	<b>42.538</b>	<b>31.985</b>	<b>475.849</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>6.152</b>	<b>8.887</b>	<b>9.104</b>	<b>9.188</b>	<b>10.586</b>	<b>12.797</b>	<b>16.167</b>	<b>14.746</b>	<b>15.490</b>	<b>16.020</b>	<b>14.179</b>	<b>10.662</b>	-

QUADRO COMPARATIVO PERÍODO - 2021/2024  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS



COMPARATIVO ACUMULADO	DADOS	ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERECEDENTE
<b>1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>97.715</b>	<b>0</b>
<b>1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>105.923</b>	<b>8.208</b>
<b>1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>125.516</b>	<b>19.593</b>
<b>1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>146.695</b>	<b>21.179</b>

## 5. Atividades do PJ2Grau

O plantão judiciário de 2º Grau é regulamentado pelas Resoluções n. 15/2019 do TJBA e n. 71/2008 do CNJ.

Durante todo o ano, o PJ2Grau funcionou sem intercorrências, mesmo nas situações de instabilidade do PJE, quando as demandas puderam ser recebidas por e-mail ou até fisicamente nas dependências do Tribunal.

As escalas de plantonistas elaboradas pela 1ª Vice-Presidência seguiram a lista de antiguidade, envolvendo Desembargadores e Juizes Substitutos de 2º Grau. As portarias com as designações dos plantonistas são rotineiramente publicadas no DJe, seguindo as diretrizes das resoluções acima citadas.

A fim de dar mais transparência aos processos que foram recebidos no PJ2Grau, a 1ª Vice-Presidência passou a publicar, mensalmente, além dos dados estatísticos, os números dos processos, bem como aqueles nos quais houve deferimento de liminar.

Abaixo, seguem os dados estatísticos do PJE2Grau:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**1ª VICE PRESIDÊNCIA – PLANTÃO JUDICIÁRIO DE 2º GRAU**  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Centro Administrativo da Bahia – Salvador – BA

2024

**Quantitativo de Processos Recebidos (ÁREA)**

Mês	Processos Cíveis	Processos Criminais
Janeiro	72	102
Fevereiro	38	71
Março	33	53
Abril	43	73
Mai	76	58
Junho	61	59
Julho	67	75
Agosto	45	42
Setembro	60	59
Outubro	44	54
Novembro	46	66
Dezembro	153	265
Total	738	977

**Quantitativo de Processos Distribuídos**  
**Cíveis e Criminais**

■ Processos Cíveis ■ Processos Criminais

## 6. Planejamentos para o ano de 2025

Já existem estudos com o objetivo de atualizar o portal da 1ª Vice-Presidência, o que já foi demandado à SETIM, para tornar as informações mais claras e acessíveis no site.

Pretende-se, ainda, iniciar a organização de base de dados de Juízes que atuaram no 2º Grau de Jurisdição como convocados, a fim de criar uma espécie de Sistema de Linha Sucessória (SLS) dos Juízes, pois o atual SLS apenas contempla a sucessão de Desembargadores e de Juízes Convocados quando estes últimos atuam em noventenas, afastamentos judiciais, vacâncias de aposentadoria e situações bem específicas. A base de dados deve ser incluída (o que dependerá da SETIM) no próprio SLS ou em sistema específico a ser desenvolvido.

Objetiva-se formar uma base de dados, em sistema específico também a ser desenvolvido pelos setores técnicos do Tribunal, dos Magistrados que atuaram no Plantão Judiciário de 2º Grau, com o objetivo de se possibilitar uma busca rápida e segura de Magistrado que atuou em determinado plantão, além de se padronizar, para gestões futuras, um controle de convocação dos plantonistas.

Por fim, pretende-se obter a renovação do selo ISO 9001, já certificado para a DD2G, devendo os primeiros passos serem dados nos primeiros meses de 2025.

© 2025

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

**1ª VICE-PRESIDÊNCIA**

5ª Avenida do Centro Administrativo, nº 560 - Salvador/BA - CEP. 41745-971

[www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA